

a política agrícola

“empacota”

Desde o começo de seu governo, o presidente João Figueiredo vem anunciando uma série de medidas econômicas, que visam dar prioridade à agricultura e ao combate à inflação. Realmente, a presidência da República e seu ministério têm conseguido colocar estes dois assuntos em primeiro plano, tomando atitudes consideradas até “corajosas”, conforme foi classificado o último “pacote”.

Restam dúvidas, porém, quanto aos resultados deste conjunto de medidas, ou mesmo quanto à postura governamental, se verificarmos os reflexos da nova política a médio e longo prazo.

No que toca à agricultura, por exemplo, o que se conseguiu de concreto até o presente momento foi apenas a incerteza do agricultor em relação ao futuro de suas colheitas. Segundo nota oficial da Sociedade Rural Brasileira, esta incerteza refere-se principalmente aos níveis de aumento dos custos de produção agrícola. Diz a nota que “os insumos rurais serão diretamente atingidos pela desvalorização cambial, do mesmo modo que as máquinas e equipamentos, produzidos ou não pela indústria nacional.”

Ao mesmo tempo, continua a nota, “a extinção gradual dos subsídios ao crédito agrícola representa uma incógnita cujos dados veiculados não permitem o seu equacionamento. O montante da chamada “inflação corretiva” não pode ser aferido, a não ser

o produtor nacional

a posteriori”. Para o agricultor “tudo vai depender da política de preços mínimos para a safra de 81, já que — reduzidos os subsídios aos juros e criado o imposto de exportação — só resta ao produtor esperar preços remuneradores, capazes de compensar o aumento dos custos”, afirma Renato Ticoulat Filho, presidente da Sociedade Rural Brasileira.

Na verdade, prossegue Ticoulat, “compreendemos os objetivos das recentes medidas econômicas, na proporção em que elas procuram acabar com artificialismos da economia nacional, mas o “pacote” precisa ser complementado. A agropecuária não precisa de subsídios. Os subsídios são geradores de distorções e vazamentos, como todo artificialismo, de qualquer economia. O que a agropecuária precisa é de uma política firme, que traga a certeza de uma rentabilidade permanente e contínua”.

Sem a adoção de uma política firme, planejada a médio e longo prazo, o produtor acaba convertendo suas áreas de plantio em áreas de pecuária ou substituindo uma cultura adequada à região e ao mercado interno, por outra de maior rentabilidade e/ou exportável.

Em outras palavras, o que o produtor precisa é de preços. “O subsídio dá uma aparência de que a agricultura

esteja sendo auxiliada”, diz Renato Ticoulat, “mas, na realidade, está-se tapando o sol com a peneira: o governo dá com o subsídio e tira com o tabelamento”. É importante, portanto, que se conceda ao produtor o preço do mercado internacional e que se faça isso o mais breve possível, pois a safra de 81 depende da colheita de 80. O sucesso desta é que vai determinar a viabilidade daquela.

Mesmo que a safra de 80 seja abundante, confirmando as previsões em todo o país, não podemos esquecer que o processo não termina na hora da colheita. A produção ainda precisa ser armazenada, transportada e comercializada e é precisamente neste meio de caminho que hoje se perde cerca de 40% da produção agrícola nacional.

Há, ainda, uma outra difícil questão, que é fazer com que os produtos sejam efetivamente comercializados dentro dos preços mínimos autorizados pela CFP. Estes, aliás, “eram razoáveis quando promulgados”, comenta o presidente da Sociedade Rural Brasileira, “mas estão se tornando deficitários em função da inflação crescente. A inflação corretiva a ser desencadeada pelo último “pacote” virá ▶

Liana John

Informe Superhíper

aviltar ainda mais estes preços já reduzidos”.

Tendo em vista tal problema, a Sociedade Rural Brasileira propôs, em sua nota oficial, “o reajustamento dos preços mínimos da atual safra (79/80); o equacionamento dos preços mínimos para a safra de 81, em níveis a serem corrigidos em função da inflação futura; o equacionamento das regras do jogo estabelecendo a regressividade dos impostos de exportação a prazos curtos, de maneira a atender os aumentos dos custos de produção”.

Além destas medidas, a SRB acredita ser preciso destinar à própria produção rural o que lhe for retirado pelo imposto de exportação, dando-se

o necessário atendimento às pequenas e médias empresas que usaram de crédito externo e agora foram atingidas pela desvalorização do cruzeiro; e, finalmente, procurar libertar a economia agrícola, trazendo-a à realidade dos preços de mercado.

De nada adianta, por exemplo, o governo formar estoques reguladores e tentar conter a especulação através da importação, se ele não dá ao produtor nacional condições de sobreviver com preços mínimos. Assim ele estará apenas vendendo o produto importado abaixo do custo, ou, em outras palavras, “subsidiando o produtor de outros países” (conforme classifica Renato Ticoulat). ■